

Respeito ao passado e responsabilidade com o futuro

Swedenberger Barbosa *

As medidas que o Governo Democrático e Popular vem adotando com relação ao acampamento da Telebrasília e à invasão da Estrutural visam resolver dois problemas distintos. No primeiro caso, o governo está garantindo o direito dos moradores de ocupações históricas de permanecerem na área ocupada. No segundo, protegendo os recursos hídricos do Distrito Federal. Essas medidas encontram-se dentro do esforço que o governo vem empreendendo para tornar Brasília uma Cidade Legal.

Criado em 1956 para receber trabalhadores que vieram construir a nova capital, o acampamento Telebrasília insere-se entre os núcleos urbanos instituídos pela administração durante a implantação da capital, consagrados pelo uso popular e considerados setores institucionalizados, passíveis de fixação, de acordo com o Decreto 10.829/87 e com a Portaria 314 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além da Lei 161/91, de autoria do ex-deputado Eurípedes Camargo, que dispõe sobre a fixação definitiva do Acampamento da Telebrasília. No entanto, este é o único acampamento pioneiro que ainda não foi regularizado. Os outros três (Vila Planalto, Vila Metropolitana e Candangolândia) foram regularizados em governos anteriores, dentro de áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico.

Assim, amparado pela lei, o governo vem trabalhando, desde que assumiu, para garantir a permanência definitiva dos moradores no acampamento da Telebrasília. Para isso, já realizou todos os estudos ambientais e urbanísticos, os quais concluíram pela fixação da comunidade na área.

No caso da invasão da Estrutural, o Governo Democrático e Popular vem sendo rigorosamente coerente com a sua política habitacional e com os princípios da legalidade. Estudos ambientais feitos ainda



no governo anterior reprovaram a fixação de famílias e indústrias pesadas na Estrutural por oferecerem risco aos recursos hídricos da região, o que poderia prejudicar toda a população do Distrito Federal. A única possibilidade apontada por esses estudos é a implantação de indústrias leves.

O governo não está ignorando que muitas das famílias que invadiram a Estrutural o fizeram movidas pela necessidade. Além disso, é do conhecimento de todos que alguns membros do PMDB e PSDB locais se aproveitaram dessa necessidade e estimularam invasões com fins claramente políticos. Desse modo, para promover a legalidade, zelar pelos recursos naturais do Distrito Federal e, ao mesmo tempo, oferecer alternativa a essas pessoas, o governo cadastrou cerca de 3.300 invasores da área e, dentro de rígidos critérios estabelecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (IDHAB), já transferiu pacificamente mais de mil moradores para lotes com infraestrutura básica no Riacho Fundo e Recanto das Emas.

Assim, nas duas situações, a política habitacional implementada pelo Governo Democrático e Popular é coerente e de respeito à legalidade. Como tem afirmado o governador Cristovam Buarque, "o que as diferencia é que, no caso do acampamento da Telebrasília, o governo adota uma atitude de respeito ao passado e, no caso da invasão da Estrutural, de responsabilidade com o futuro".

* Secretário de Governo do DF